

1984.09V 1 E

CONSTITUINTE

Militares querem participação de Sarney na decisão sobre sistema

por Andrew Greenlees de Brasília

Os ministros militares são contrários a qualquer sistema de governo que reduza drasticamente os poderes presidenciais e, neste debate, julgam essencial a participação do presidente José Sarney. Esta posição reforça a tese que vem ganhando força na Constituinte: mesmo que o parlamentarismo vença a oposição dos presidencialistas — aí incluídos os militares — a fórmula a ser adotada deverá garantir ao presidente influência na formação do governo.

“Os militares consideram o presidente da República uma figura institucional representativa, peça indispensável ao processo de transição e eu também acho”, disse na sexta-feira o presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), após reunir em seu apartamento, para o almoço, os ministros do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, da Marinha, Henrique Sabóia, da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, e do Estado Maior das Forças Armadas, Paulo Campos Paiva. Participaram também do encontro o senador Fernando Henrique Cardoso, os deputados Luiz Henrique (líder do PMDB na Câmara) e Bonifácio de Andrada (PDS) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL), todos parlamentaristas.

A saída, os ministros evitaram comentar a posição das Forças Armadas quanto ao sistema de governo. O ministro-chefe do EMFA, porém, acabou admitindo que “teoricamente”, o parlamentarismo pode até ser a solução, mas, na prática, o presidencialismo tem-se mostrado melhor para a realidade brasileira.”

O senador Arinos, assim como os ministros durante o almoço, foi enfático ao defender o envolvimento de Sarney na discussão: “Essencial, neste momento, é fazer com que o presidente

Soberania em debate

por Zironi Antunes de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), negou na última sexta-feira, do plenário da Assembléia Constituinte, que as afirmações do ministro do Exército, general Leônidas Gonçalves, tenham sido uma interferência na Constituinte. “A soberania da Constituinte não foi sequer arranhada”, garantiu Sant'Anna.

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), autor do anteprojeto da Constituinte, disse, em aparte ao líder do governo, que é amigo pessoal do Exército há trinta anos e que não acreditava, em hipótese alguma, que o general tenha dito o que os jornais publicaram. “Não havia qualquer acordo”, explicou o relator.

Para Sant'Anna, a reunião no Palácio do Planalto foi para discutir o déficit público e que se resumiu a um encontro administrativo “fechado e onde a Imprensa não teve acesso”, descreveu o líder do governo. Em sua defesa ao ministro, Carlos Sant'Anna disse ainda

que o general levantou “um problema fundamental”, o de que o seu Ministério não poderia suportar as despesas com o pagamento das indenizações aos anistiados.

O governo e as Forças Armadas, segundo o líder, têm-se comportado da forma mais austera possível no Congresso. Já o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado e presente à reunião ministerial de quinta-feira última, perguntado sobre qual deveria ser a conduta do partido daqui para a frente, disse que o PMDB deve agir com soberania. “Quando um bispo diz alguma coisa, não vai se mudar o rumo por isso. Eu respondo aos meus eleitores, aos seis milhões e meio de pessoas que me elegeram”, afirmou Cardoso.

A esquerda do PMDB, reunida no grupo “Movimento da Unidade Progressista”, divulgou uma nota (entregue ao presidente do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães), onde repete “o descabido ataque do general Leônidas Pires Gonçalves à Assembléia Constituinte”.

contribua para uma solução, além de dar a ele a maior oportunidade que um presidente da República já teve no Brasil, de ser responsável pela maior mudança política que o País já viveu”, afirmou o senador.

Foi o próprio Arinos — autor da emenda acatada pelo relator Bernardo Cabral no sentido de se propor um parlamentarismo próximo do “puro” — que levantou a possibilidade de se fortalecer a figura do presidente no futuro sistema de governo.

MINISTROS MILITARES

Entre os parlamentaristas, cresce a impressão de que a melhor alternativa é retomar as propostas da subcomissão e comissão onde o assunto foi tratado. Nestas instâncias, o presidente teve assegurada maior participação no momento de formar o governo. Em todos os casos, porém, o primeiro-ministro

preserva a função de chefe do governo.

“Os ministros militares estão absolutamente concordes em aceitar o sistema que for aprovado pela

Constituinte”, comentou ainda o senador Arinos. “Eles estão de acordo em que não compete às Forças Armadas impor uma forma de governo.”

Saulo fará relatório das “falhas” de Cabral

por Edson Bêu de Brasília

“O Brasil não merece isso.” Com essa frase, pronunciada com desprezo e desalento, o consultor geral da República, Saulo Ramos, apontou para sua mesa, onde folheava o anteprojeto de Constituição, elaborado pelo deputado Bernardo Cabral. O consultor geral disse que entregará ao presidente José Sarney, nesta segunda-feira, um relatório sobre as “falhas” do substitutivo e confirmou a firme disposição

do governo em utilizar suas lideranças no Congresso Nacional, para apresentar uma emenda a favor da manutenção do sistema presidencialista no País.

Saulo Ramos explica que “o governo vai chamar seus líderes para propor um presidencialismo puro”, que restabeleça e até amplie as antigas prerrogativas do Legislativo. O consultor geral disse que, para derrubar a tese parlamentarista proposta por Cabral, Sarney está disposto até a admitir o direito de o Congresso Nacional vetar a indicação de ministros.

Saulo salientou que o governo discorda radicalmente da redução de poderes da figura do presidente da República. “O sistema de governo parlamentarista, do jeito que está aí, transforma o Legislativo no Executivo, praticamente”, reclama o consultor geral, que acentua: “Com isso, ele nega a separação de poderes, uma das bases da democracia”.

O consultor geral reproduziu, textualmente, um dos argumentos apresentados por Sarney ao relator da Constituinte, Bernardo Cabral, durante um encontro mantido no Palácio da Alvorada, em companhia do ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e do líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, para rejeitar o parlamentarismo: “Não desejaria, de maneira alguma, transferir o governo para um sucessor que tivesse 35 a 40 milhões de votos, mas sem poder de governar”. Sarney lembrou a Cabral que um presidente da República, eleito pela maioria absoluta, com quase 40 milhões de votos, poderia correr o risco de repassar para um deputado, eleito com algumas poucas dezenas de votos, todo o poder de governar o País, na função de primeiro-ministro. Por essas e outras razões, Saulo confirma que já está à disposição do governo, para assessorar as lideranças congressistas identificadas com as posições do Executivo, no trabalho de elaboração de uma emenda a favor do presidencialismo, na Constituinte.

Mas o governo também está insatisfeito com outros itens do texto. Saulo Ramos disse que se o anteprojeto de Cabral fosse aprovado, “o País ficaria inviabilizado”, financeiramente. “Ele aumenta a despesa e reduz a receita da União”, reclama. O consultor geral entende, também, que a reforma agrária, um dos pontos polêmicos do substitutivo, não é matéria constitucional, assim como muitos outros do anteprojeto. “Isso deve ser entendido como um simples programa de governo”, criticou. Saulo vê o substitutivo cheio de “absurdos”, nega que o Executivo tivesse pressionado o trabalho dos constituintes e ironiza: “Se tivesse feito pressão, teria saído algo melhor”. O consultor geral afirmou que o governo não pressionará diretamente a Constituinte, para fazer prevalecer seus interesses, nesta fase de emendas. “Mas, isso será feito pelas suas lideranças”, reafirmou. “Temos homens capazes para fazer as alterações necessárias”, acentuou.